

Quando se fala nas questões que envolvem a adoção de crianças e adolescentes, a narrativa bíblica de Moisés vem à tona: quando nasceu, ele deveria ser morto, por decreto do faraó. Ocorre que a própria filha do faraó se encantou com o bebê, e tomou-o para si – ou seja, o adotou. À parte as Escrituras, no Brasil, muito embora exista um universo muito maior de adotantes do que de adotandos, ela, por vezes, não acontece por motivos como o preconceito dos pretendentes à adoção, em razão da cor da criança. O problema ainda se agrava quando se trata de adolescentes aptos à adoção, sem contar a dificuldade enfrentada por famílias homoafetivas durante esse processo. Assim, é possível inferir-se que falta apreço ao diferente, para que as famílias sejam saudavelmente construídas.

Nesse sentido, embora o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) registre 39 mil pretendentes para quase 8 mil crianças e adolescentes órfãos ou aptos à adoção, muitas famílias (de cor branca) que pretendem adotar relutam em aceitar pessoas negras, sob a alegação de que, se fossem todos da mesma cor, seria evitado o constrangimento ao adotado, uma vez que a adoção passaria despercebida aos olhos de quem não a soubesse. Ora, isso é perversidade disfarçada de proteção – recusar uma criança porque ela não se parece filha biológica é privilegiar o preconceito, é dar ocasião à vaidade e negar à criança ou ao adolescente a chance de ter uma família afetivamente constituída. Cabe anotar que, no Egito Antigo, até mesmo a filha do faraó deixou-se levar pelo afeto, quando tomou para si uma criança hebreia – povo perseguido pelos egípcios.

Ademais, a adoção de adolescentes sofre maior resistência das famílias adotantes, as quais pontuam insegurança diante da possibilidade de eles trazerem consigo algum trauma da família biológica. É preciso pontuar que, sem dúvida, cada pessoa tem uma história de vida – boa ou ruim – a qual não se pode descartar. Contudo, especialistas da área asseguram que esses receios não passam de outra face do mesmo preconceito, assim como a discriminação que, ainda hoje, impede muitas famílias homoafetivas de chegarem ao fim de um processo de adoção, por conta de ponderações tão ilegais como desumanas.

Portanto, para resolver a questão, é preciso que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por meio das mídias sociais, invistam mais eficientemente em programas de conscientização tanto a famílias adotantes, a fim de que reconsiderem situações de vaidade e preconceito, quanto aos atores responsáveis por selecionar adotantes – daí a atenção a famílias homoafetivas, cujo número é significativo. Isso feito, a médio prazo, o Brasil será referência mundial no processo de adoção de crianças e adolescentes.

*Por Gislaine Buosi*

**Análise da estrutura dissertativa:**

Apresentação do tema, com repertório sociocultural próprio;

Síntese do 1º argumento;

Síntese do 2º argumento;

Tese;

Desenvolvimento do 1º argumento;

Desenvolvimento do 2º argumento;

Proposta de ação interventiva.